

Maio 2005

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Mercado Informal e Microfinanças](#)
3. [Governança e Descentralização](#)
4. [Eleições e Educação Cívica](#)
5. [Educação, Juventude e Criança](#)
6. [Terra, Habitação e Urbanização](#)
7. [Serviços Básicos](#)
8. [Paz e Reconciliação](#)

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.

- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Genérico

Redação Waldney Oliveira

Conselho de Edição e Revisão:

Allan Cain, Fabrice Beutler,
Beat Weber, Pacheco Ilinga,
Katuzolo Paulina, Gelson Gaspar,
Azancoth, Massomba Dominique

Editado por:

Development Workshop-Angola

Endereço:

Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda - Angola

Telefone:

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email:

cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de:

LUPP (Programa de Redução
a Pobreza Urbana de Luanda),
DFID e Embaixada da Noruega

INDICE

1 Redução da Pobreza e Economia	1
1.1 Angola vai apresentar à China acordo de protecção recíproca de investimentos	1
1.2 Empresas portuguesas aumentam investimentos em Angola	1
1.3 ChevronTexaco investe USD nove biliões em projectos no país.....	1
1.4 O emprego e desemprego na nossa economia	2
1.5 Aposta na agricultura pode contribuir na redução da pobreza no país	3
2 GOVERNAÇÃO	3
2.1 MPLA propõe abordagem sobre preparação das eleições com a UNITA	3
2.2 Parlamentar do MPLA defende clima de estabilidade para as próximas eleições	4
2.3 Governo garante apoio ao sector privado	4
2.4 Presidente da República reafirma realização de eleições em 2006.....	5
2.5 Eleições de 2006 vão normalizar a vida dos cidadãos, João Miranda	5
2.6 Malanje: ADRA promove seminário sobre sistemas eleitorais	6
3 EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E CRIANÇA	6
3.1 O direito inalienável do cidadão a educação.....	6
3.2 Plano de apoio a juventude	7
3.3 Juventude Angolana: entre o emprego e o desemprego.....	8
3.4 Crianças angolanas presentes na Cimeira Mundial do ambiente.....	8
4 TERRA E HABITAÇÃO	9
4.1 Capapinha decreta combate a sanzala urbana	9
4.2 A preocupação do projecto Morar.....	10
4.3 (Dês)reabilitação da rua desanima moradores.....	11
4.4 Experiência no lar do patriota prenuncia nova tendência do mercado imobiliário	11
5 SERVIÇOS BASICOS	13
5.1 Sistema de água da província fornecerá 30 litros/dia por habitante	13
5.2 Varredores de rua pedem respeito a sua profissão.....	13
6 PAZ E CIDADANIA	14
6.1 Igreja Católica não se deixa intimidar por actos de vandalismo em Cabinda	14
6.2 Consolidação das independências é prioridade dos africanos	14
6.3 Reduzem os conflitos tradicionais por causa do gado.....	15
6.4 Direitos humanos constituem prioridade do Governo	16
6.5 Resolução de problemas passa pela tolerância e paciência, defende pastor.....	16
6.6 ONG canadiana apresenta obra investigativa sobre o país.....	16
7 ENFERMIDADES	17
7.1 Dia de África.....	17

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1 Angola vai apresentar à China acordo de protecção recíproca de investimentos

Jornal de Angola...28-05-05

O ministro angolano das Relações Exteriores, João Bernardo de Miranda, disse ontem, em Pequim, que o Governo angolano começará brevemente a trabalhar no projecto de um acordo de promoção e protecção recíproca de investimentos, que submeterá às autoridades chinesas, com vista a dar um maior impulso à cooperação bilateral.

O chefe da diplomacia angolana falava num encontro empresarial sino-angolano, organizado pela Embaixada de Angola e pelo Ministério chinês do Comércio, por ocasião da visita oficial que efectua à China desde quarta-feira última, a convite do seu homólogo Li Zhaoxing.

O encontro juntou 45 empresários chineses, representando o sector público e privado da construção civil, telecomunicações, engenharia de construção de máquinas industriais, produtos farmacêuticos, entre outros.

Na sua dissertação, João Miranda explicou que os governos de Angola e da China continuam a trabalhar arduamente, no quadro dos mecanismos de cooperação institucionais existentes, para o aprofundamento e alargamento das áreas de cooperação. O governante angolano reconhece haver avanços na cooperação empresarial entre os dois países, nomeadamente nos sectores das telecomunicações, caminhos de ferro, construção naval e energia eléctrica. O ministro Miranda indicou a reconstrução e construção de infra-estruturas, a agricultura e pecuária, transportes, energia e águas, formação de quadros, indústria extractiva e transformadora, entre outros, como os sectores priorizados pelo Governo angolano para onde o investimento privado nacional e estrangeiro deve ser canalizado, visando uma rápida reanimação da economia do país. João Miranda esclareceu que, por forma a permitir uma maior participação do empresariado nacional e estrangeiro neste processo, o Governo angolano aprovou, em 2003, a lei que estabelece as bases gerais do investimento privado e define os princípios sobre o regime e os procedimentos de acesso aos incentivos e facilidades a conceder pelo Estado aos homens de

negócios que invistam no país.

Sublinhou que os investimentos poderão ser directos ou em regime de associação, pois “possuímos uma economia aberta a todos os que desejam trabalhar em Angola e usufruir de retornos seguros do capital investido, tendo sempre presente, como pano de fundo, a viabilidade, eficácia e eficiência em termos de custos de oportunidade, contemplando a conjugação dos esforços da iniciativa privada com o interesse público”.

1.2 Empresas portuguesas aumentam investimentos em Angola

Angolapress...28-05-05

O embaixador de Portugal em Angola, Esteves Fernandes, revelou que tem havido aumento de investimento de empresas privadas e estatais do seu país em Angola nos diversos ramos da economia.

O diplomata que falava a Angop, revelou que no quadro das relações comerciais entre os dois países, em 2004 foram aprovados 66 projectos de empresas portuguesas, contra os 29 do ano anterior, nos sectores financeiro, de construção civil, petróleo, diamantífero e mineração geral.

Destacou a intervenção da Petrogal, Teixeira Duarte, Soares da Costa, os grupos Espírito Santo, BPI, Américo Amorim e BES. As exportações portuguesas para Angola, no período 1996-2004 apresentaram três fases, sendo a primeira entre 1996/97 (crescente), a segunda entre 1997/99 (decrecente) e a terceira entre 1999/04, novamente crescente. Portugal é um dos principais importadores de produtos diversos para Angola, a par do Estados Unidos da América, França, África do Sul e Brasil. Das importações destaca-se bens alimentares, bebidas, produtos farmacêuticos, têxteis e mobiliário, veículos automóveis, máquinas e aparelhos electrónicos. Nesta senda, dois postos de abastecimento de combustíveis foram inaugurados quarta-feira no municípios da Samba e Viana, pela Sonangalp, num investimento de um milhão e quinhentos mil dólares.

Criada a oito anos, a Sonangalp surge de uma simbiose entre a Sonangol e Petrogal, no qual a firma angolana é detentora de 51 por cento das acções, e a Petrogal com 49 por cento, dos três milhões e seiscentos mil dólares do investimento inicial.

1.3 ChevronTexaco investe USD nove biliões em projectos no país

Angop...03-05-05

A ChevronTexaco Angola está a investir nove biliões de dólares em três projectos, nomeadamente “Condensados de Gás do Sanha”, “Benguela, Belize, Lobito e Tomboco” (BBLT), no bloco 14, e “Gás Natural Liquefeito” (LNG).

Estes dados foram divulgados hoje pelo director geral da ChevronTexaco em Angola, James Blacwell, durante uma conferência de imprensa sobre as realizações desta empresa petrolífera em 2004. Referindo-se aos projectos, notou que o Condensados de Gás do Sanha - localizado nas águas marítimas do Bloco zero, ao largo de Cabinda, está avaliado em 1.9 bilião de dólares. Este projecto tem por objectivo reduzir a queima de gás nos blocos zero e 14. No Bloco 14, onde estão a ser investidos USD 2.2 biliões, a ChevronTexaco irá utilizar uma plataforma de produção denominada por torre de produção articulada, a sexta maior estrutura a nível mundial. Segundo estimativas, o ponto mais alto da produção será de 200 mil barris de petróleo por dia. No tocante a redução da queima de gás, a ChevronTexaco, em conjunto com a companhia petrolífera angolana Sonangol, irá desenvolver o projecto de Gás Natural Liquefeito (Projecto Angola LNG), avaliado em cinco biliões de dólares. O projecto, de cinco milhões de toneladas, irá recolher gás natural, que de outra forma seria queimado a partir das instalações de produção, situadas na zona marítima, e transportá-lo para uma fábrica de LNG, a ser construída perto do Soyo, no norte de Angola.

Ao referir-se ao desempenho da ChevronTexaco em 2004, James Blackwell referiu que a produção foi de 477 mil barris/dia. Adiantou que o crescimento em termos de produção, até 2007, será de 50 por cento. Na área de desenvolvimento empresarial, segundo disse, foram gastos, só no ano passado, 259 milhões de dólares em negócios com empresas locais. Sobre os recursos humanos, James Blackwell sublinhou que 88 por cento da força de trabalho da ChevronTexaco é nacional, representando uma clara aposta à angolanização. Desde 2001, realçou, a força de trabalho expatriada foi reduzida em 232 pessoas. Actualmente, 73 por cento dos cargos profissionais de direcção da companhia são ocupados por angolanos. Até 2010, prevê-se que noventa por cento das funções técnicas e cargos de direcção sejam ocupados por quadros nacionais.

Segundo o director-geral da ChevronTexaco em Angola, dentre outras actividades de impacto social, em 2004 foram reabilitadas e construídas escolas, bem como apoiados programas de educação, que tiveram impacto sobre oito mil estudantes. No sector agrícola, disse, destaca-se o apoio a cerca de sete mil pessoas na

produção de seis mil e 700 toneladas de alimentos

1.4 O emprego e desemprego na nossa economia

Angolense...07-05-05

Passada uma semana desde que dois eventos marcaram a nossa deplorável situação económica. Um é o êxito de uma feira de cariz experimental, ou seja, a Feira do Emprego organizada pelo Ministério da Administração Publica, Emprego e da Segurança Social (MAPESS). O outro, também directamente relacionado com este, tem a ver com a enchente assustadora que se assistiu recentemente nas instalações da Universidade Lusíadas de Angola por causa de cerca de cinquenta vagas para o Banco Internacional de Credito.

Tudo, lembra-se, ocorre igualmente poucos dias depois de o ministro da Economia e Finanças Jose Pedro de Moraes tem prestado alguns esclarecimentos sobre os gastos que tem sido feitos com o empréstimo chinês, sem nunca ter deixado numeros claros de quantos postos de trabalho, directos e indirectos, para quadros nacionais foram criados. Isso, todavia, só deixa claro o como a questão do emprego deveria fazer parte da agenda real da governação e da questão económica. Ter-se uma economia voltada para o crescimento, para a produtividade e para a reconstrução implica, necessariamente, que a nossa economia consiga facilmente resolver um problema tão serio como e emprego em Angola que nos parece e que não tem sido dada, lamentavelmente, a devida atenção a esta questão.

Angola não e nenhum lugar comum, acaba de sair de uma guerra fratricida e com toda a sua economia arrasada, tal como seu tecido social, mormente aquele directamente ligado a economia, ou seja, a população economicamente activa, que lias estatísticas e no plano demográfico corresponde a largos segmentos da população. No caso da economia Angolana onde tem existido pouca oferta em relação a procura, o desemprego tem assumido varias formas, sem que contudo, insisto, se sintam serias preocupações do Estado a esse nível. O desemprego, ou o emprego deve não apenas figurar das agendas, mas de um lugar central das perspectivas e das estratégias para o desenvolvimento a curto, media e longo prazo, fazendo igualmente corresponder essa questão nos ditames do FMI.

Acontece que o emprego em sectores como o de serviço bancario e petrolífero não correspondem propriamente a alavancas serias e eficazes no combate ao desemprego. Os economistas sustentam que este combate é feito apenas com recurso a sectores como a

agricultura, a construção civil e de obras públicas de engenharia que conseguem criar múltiplos empregos e oportunidades de melhoria de condições. Voltando-nos aos eventos com que abrimos este espaço, torna-se interessante notar que a experiência foi boa e exemplar. Julgo que deu para as autoridades terem uma noção do volume de pessoas a procura de um emprego novo, primeiro ou melhor. Ou seja, dos que se encontram no desemprego depois de terem tido um qualquer vínculo laboral com um organismo empregador, dos jovens que concluíram ou em vias de conclusão do seu curso (básico, médio ou superior) ou ainda aqueles que estando empregados, procuram um emprego melhor, que lhes propicie melhores condições salariais e melhor ambiente de trabalho.

Acto contínuo, a Feira do Emprego serviu igualmente, segundo os organizadores, para os potenciais candidatos terem um contacto mais próximo com os organismos empregadores. Para além dos postos disponíveis, esse contacto de interesse duplo permite que se estabeleça uma relação melhor. Permite que as empresas tenham também uma noção da «massa cinzenta» que existe e que procura por uma oportunidade de emprego. Por outro lado, temos ainda de assinalar que os altos índices de desemprego correspondem a um dos factores catalisadores da exclusão social e potenciadores de «nichos» de criminalidade. O que assistimos hoje, em parte, na cidade de Luanda, é resultante de todo este problema que vai ainda sendo negligenciado. Numa análise de cariz tecnicista no que a doutrina económica diz respeito, alguns estudiosos consideram que o desemprego tem também uma relação muito forte com a inflação. Aplicar-se-á este postulado a Angola? Este problema do desemprego leva-nos a ver a necessidade de olharmos para os empregos «precários» e imediatos - pedreiros, serralheiros, alfaiates, pintores, etc. - mas devemos ter igualmente uma séria atenção aqueles empregos que exigem uma maior competência técnica e um conhecimento mais aprimorado. Falo do emprego gerado pela indústria transformadora, pelo comércio e por outros serviços como a saúde, hotelaria, educação, entre outros.

Estaremos nos a precisar de um plano de choque tecnológico? Como admitir movimentos como aquele que se assistiu na Lusíadas, quando a maioria das províncias continua a «pedir» quadros para si. Julgo que deve haver mesmo um esforço combinado do Governo com o mercado, no sentido de se reduzir esse problema, quase injustificável, num país com as condições e potencialidades do nosso.

1.5 Aposta na agricultura pode contribuir na redução da pobreza no país

Angolapress... 23-05-05

Uma maior aposta na agricultura em todo o país, acompanhada de uma potenciação das classes mais desfavorecidas poderá, a curto prazo, ajudar a reduzir os índices de pobreza, uma vez que este sector constitui o meio mais rápido de subsistência das populações.

A observação foi feita hoje, em Luanda, pelo director sectorial para pobreza e gestão micro-económica do Banco Mundial, Lucas Barbone, num seminário sobre “Estratégias de redução da pobreza” decorrida na Universidade Católica de Angola. Segundo Lucas Barbone, que se encontra no país para uma visita de trabalho de três dias, além da agricultura a educação é outro factor que deverá ser tido em conta, por forma a que as populações abrangidas possam melhorar o seu modo de vida. De acordo com ele, a melhoria educacional poderá ser focalizada, por exemplo, no sentido de providenciar que às classes mais vulneráveis acesso ao ensino primário, fundamentalmente nas zonas de difícil acesso. Lucas Barbone, que falava com base em experiências realizadas em mais de 14 países, muitos deles africanos, disse ainda que todas essas metas, por muito simples que sejam, apenas obterão êxitos desde que as populações mais carentes sejam tidas sempre em conta. Dados do Banco Mundial indicam que em todo o mundo, muitos países conseguiram reduzir os focos de pobreza através do fomento de fortes programas agrícolas. Por exemplo, até meados de 1990, as apostas na agricultura facilitaram o crescimento económico de alguns países de 45 para 75 por cento.

2 GOVERNAÇÃO

2.1 MPLA propõe abordagem sobre preparação das eleições com a UNITA

ANGOP...11-05-05

As direcções do MPLA, partido no poder, e da UNITA, maior da oposição, poderão reunir-se na próxima sexta-feira, em Luanda, para abordar questões inerentes a preparação e realização das próximas eleições gerais, previstas para 2006.

Uma carta neste sentido, subscrita pelo secretário-geral do MPLA, Julião Mateus Paulo “Dino Matrosse”, foi já entregue ao seu homólogo da UNITA, Mário Vatuva, aguardando-se apenas pela confirmação da data

proposta para o encontro. Em declarações à Rádio Nacional de Angola, o secretário para a Informação do MPLA, Norberto dos Santos “Kuata Kanawa”, salientou que o tête-à-tête entre os dois maiores partidos no Parlamento visa a troca de pontos de vista sobre a aplicação das acções inerentes a preparação e realização do escrutínio e outros assuntos de interesse comum. Acrescentou que o MPLA prevê igualmente a realização de um ciclo de reuniões com outras formações políticas, para discutir as viabilidades da aplicação das Leis que compõem o Pacote Legislativo Eleitoral, aprovado a 26 de Abril último pela Assembleia Nacional.

”O MPLA pretende que a preparação das eleições seja feita num ambiente de concórdia entre todas as forças intervenientes, por forma a passarmos uma mensagem de confiança e tranquilidade aos eleitores e à população em geral”, asseverou. Segundo argumentou, as questões nacionais que ultrapassam os interesses político-partidário, como a estabilidade política e a reconstrução do país devem ser abordados por todos os intervenientes, para identificar os pontos de convergência e aproximar as diferenças.

2.2 Parlamentar do MPLA defende clima de estabilidade para as próximas eleições

AngolaPress...27-05-05

O êxito das próximas eleições em Angola dependerá das condições de estabilidade e confiança interna, bem como da credibilidade que o processo possa granjear no seio da comunidade internacional, defendeu hoje, em Luanda, a deputada do MPLA Joana Lina.

Este esclarecimento, o segundo em 30 dias, foi prestado ao corpo diplomático acreditado em Angola com o propósito de situar essas personalidades sobre as dificuldades e os avanços registados nessa tarefa. A primeira iniciativa realizou-se a 18 de Abril, uma semana antes da aprovação do pacote legislativo pela Assembleia Nacional. No encontro de hoje, a deputada Joana Lina esclareceu aos diplomatas que as suspeições defendidas por algumas forças políticas da oposição serão ultrapassadas com a realização de encontros regulares destinados a dirimir esses desentendimentos. Para esta dirigente política, é ponto assente que certos partidos pretendem exacerbar os factos e forjar um clima de instabilidade para inviabilizar as eleições na data prevista, em Setembro de 2006.

Na base destes esclarecimentos, está a necessidade de evitar especulações sobre a condução do processo pelo partido no poder, sobretudo depois de a oposição ter abandonado a sessão de votação do pacote na

especialidade, a 12 de Abril deste ano. Entretanto, após alguns acertos nas comissões de especialidade, a Assembleia Nacional aprovou finalmente no dia 26 de Abril o Pacote Legislativo Eleitoral de suporte às próximas eleições gerais.

Joana Lina solicitou aos embaixadores para intercederem junto dos seus governos para darem ajuda à fase de preparação do acto eleitoral e que estejam igualmente presentes como observadores desse processo.

2.3 Governo garante apoio ao sector privado

Jornal de Angola... 05-05-05

O programa do Governo para 2005-2006 enumera políticas e medidas de articulação com as demais políticas públicas que vão garantir o desenvolvimento do sector privado.

A informação foi prestada ontem, em Luanda, pela ministra do Planeamento, Ana Dias Lourenço, quando intervinha na cerimónia de lançamento conjunto do Banco Mundial e PNUD, do relatório sobre “o desenvolvimento mundial 2005: “um melhor clima de investimento para todos”.

“O Governo tem perfeita consciência da importância da competitividade e do sector privado para o desenvolvimento do país”, disse a governante angolana. Perante empresários e membros de corpos diplomáticos, Ana Dias explicou que as instituições mais relevantes nestas matérias estão actualmente envolvidas num trabalho conjunto de grande profundidade, que pretende dar coerência e visão estratégica aos problemas do desenvolvimento económico do país. Ana Dias referiu que as políticas transversais de apoio à competitividade e ao desenvolvimento do sector privado estão a ser estudadas.

As mesmas assentam na promoção da qualificação dos factores de produção e da competitividade das empresas, envolvendo a criação de instrumentos de apoio às pequenas e médias empresas. Outro factor é a atracção de investimento estrangeiro estruturante que ajude a criar uma nova ordem económica interna “para lá da economia de enclave e que estabeleça com esta relações económicas que viabilizem a multiplicação de actividade não petrolíferas e diamantíferas”. O programa prevê ainda a melhoria das infra-estruturas de apoio à actividade empresarial, em aspectos como as infra-estruturas rodoviárias, portuárias, ferroviárias, energia e águas, centro de inovação e competência.

“A sintonia entre as propostas e sugestões das Nações Unidas e do Banco Mundial e do Governo angolano é total e é nesse sentido que as opções estratégicas de Angola se orientaram”, disse Ana Dias. Aliás, o representante residente do Banco Mundial, Laurence Clarke disse que o tema do relatório anual de 2005 é bastante pertinente para todos os países do mundo em desenvolvimento, incluindo Angola. Nota que o tema e a mensagem principal deste ano versa sobre o significado de um melhor ambiente para facilitar investimentos. Como disse, Laurence Clarke, Angola ao ter saído da recente guerra precisa de uma reconstrução com o apoio de seus parceiros. Para já, Pierre François Pirlot, coordenador do sistema das Nações Unidas em Angola, diz que das mudanças que se verificam em Angola urge a todos parceiros se empenharem para ajudar na reconstrução e no desenvolvimento do país com base nas prioridades do Governo e dos objectivos do milénio.

Pirlot revelou que o sistema das Nações Unidas está pronto para apoiar os esforços do Governo para a criação de um quadro que permita o surgimento de um sector empresarial forte e sustentável em Angola. O exemplo mais palpável é o facto da implementação do “programa empresarial angolano”, que incentiva o desenvolvimento do sector micro empresarial no âmbito de uma parceria público privada estabelecida entre o Governo de Angola, a Chevron Texaco e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

2.4 Presidente da República reafirma realização de eleições em 2006

ANGOP...03-05-05

Bahia - O governo angolano está a fazer tudo para que o país realize eleições gerais em 2006, reiterou segunda-feira o Presidente José Eduardo dos Santos, em Salvador da Bahia, onde iniciou domingo uma visita oficial de três dias ao Brasil.

Falando aos jornalistas locais, no final da cerimónia em que lhe foi outorgado o título “Doutor Honoris Causa” pela Universidade da Bahia, o estadista angolano declarou que todos os passos estão a ser dados no sentido da preparação e realização das eleições no próximo ano. Eduardo dos Santos fez saber que o passo principal para a realização do pleito foi dado a 26 de Abril último, com a aprovação, pelo Parlamento, do Pacote Eleitoral.

Revelou que com a aprovação deste pacote, nos próximos 15 dias poderá ser estabelecida a Comissão

Nacional Eleitoral (CNE), órgão que se encarregará de todo o processo eleitoral. Na opinião do Presidente da República, o processo de preparação e realização de eleições em 2006 vai consolidar a democracia em Angola, augurando que seja um verdadeiro exercício democrático. Instado sobre a hipótese do retorno da guerra em Angola, caso seja agitada por potências externas, tendo em conta as suas imensas riquezas, Dos Santos descartou totalmente esta possibilidade.

Contudo, adiantou que o país tem boas relações com os gigantes mundiais do petróleo, esclarecendo que os negócios em Angola são feitos na base de instrumentos jurídicos acordados pelas partes.

2.5 Eleições de 2006 vão normalizar a vida dos cidadãos, João Miranda

Angolapress...26-05-05

A realização das próximas eleições em Angola, em 2006, vai representar um importante passo para a estabilização das instituições nacionais e a normalização da vida dos cidadãos angolanos, afirmou nesta quarta-feira, em Luanda, o ministro das Relações Exteriores, João Miranda, por ocasião do 25 de Maio, Dia de África.

Ao discursar perante dezenas de embaixadores africanos e de outras regiões do mundo, o chefe da diplomacia angolana realçou que no seu país ocorre um processo ímpar e muito interessante no contexto africano: “A consolidação da paz anda de mãos dadas com o processo de consolidação e reconciliação nacional”. Segundo o ministro, o Governo de Angola desenvolve actualmente esforços para a reconstrução nacional e a criação dos alicerces para um Estado democrático e de direito. Em relação aos problemas que afectam todos os países de África, João Miranda acredita que a criação da União Africana (UA) constituiu um importante passo para a concretização dos ideais da unidade e desenvolvimento sócio-económico do continente.

No entanto, sublinha o ministro angolano, é imperioso que a UA não se limite a um espaço apenas para políticos, devendo constituir-se num instrumento que privilegie a aproximação real dos povos, quer seja no âmbito das iniciativas de carácter político quer nos domínios económico, social e cultural. Quanto à Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (Nepad), o chefe da diplomacia angolana ressaltou o facto dela representar um quadro estratégico para a renascença do continente, devendo, por isso, merecer o apoio de todos de todas as forças políticas africanas.

”Porém, todos esses mecanismos de nada nos servirão se um pouco por toda a África continuar a prevalecer os sistemas de governação inadequados a nossa época, onde a proliferação de conflitos geram uma permanente instabilidade nacional, regional e até mesmo continental, colocando em risco toda a nossa vontade de progredir”, esclareceu o ministro Miranda.

Entretanto, no período da manhã de hoje, realizou-se uma cerimónia de deposição de uma coroa de flores pelo ministro das Relações Exteriores, João Miranda, na estátua do primeiro presidente de Angola, António Agostinho Neto, um acto que marcou o dia dedicado à África. Na ocasião, João Miranda disse que os conflitos inter-étnicos persistentes ainda em vários países africanos deixam o continente ainda longe de atingir certos patamares. De acordo com o governante, para que a África tenha harmonia e possa desenvolver-se é necessário que estes conflitos terminem.

Sobre à crise política vigente na Guiné-Bissau, João Miranda disse estar a acompanhar com muita atenção a actual situação e espera que a mesma se normalize com maior brevidade possível. Entretanto, o embaixador da Argélia e vice decano dos embaixadores africanos, Fatah Mahraz, igualmente presente no acto, disse que o dia de hoje reafirma o desejo dos africanos lutarem pela libertação do jugo colonial. Para o diplomata, é necessário que os adultos passem a mensagem sobre o 25 de Maio às gerações vindouras, pois ela tem um impacto histórico e político muito importante.

O dia 25 de Maio foi instituído em 1963, em Addis Abeba, Etiópia, durante uma reunião, pela primeira vez, entre seis chefes de Estados africanos que discutiram sobre a libertação de África do domínio colonial e principalmente do regime segregacionista do Apartheid, na África do Sul.

2.6 Malanje: ADRA promove seminário sobre sistemas eleitorais

Angolapress...27-05-05

Vinte e cinco elementos afectos a partidos políticos, igrejas e sociedade civil participam desde hoje, na cidade de Malanje, num seminário de capacitação sobre sistemas eleitorais.

Promovido pela ONG nacional Acção de Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), o seminário visa dotar os participantes de conhecimentos sobre sistemas eleitorais, a fim de incentivarem os eleitores a comparecer às urnas de forma consciente na

altura das eleições, previstas para 2006.

Os sistema eleitoral à nível da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), o processo de registo eleitoral e o papel dos partidos políticos na educação eleitoral, constituem as principais matérias da acção formativa, a primeira do género que se realiza em Malanje.

3 EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E CRIANÇA

3.1 O direito inalienável do cidadão a educação

Semanário Angolense...14-05-05

Chegados aqui, temos que reconhecer que compete ao governo central emanar políticas de formação e de incentivos ao cidadão E, por hierarquia, compete ao governo provincial implementar tais políticas. Os factores principais que fazem com que qualquer um de nos se sinta na obrigação de dar a sua contribuição a terra que o viu nascer, residem no reconhecimento inequívoco da parte do Estado do estatuto de cidadão de plenos direitos consagrados na constituição. Direitos iguais em circunstâncias iguais. Será necessária, em primeiro lugar reconhecer o direito inalienável do cidadão a educação.

Em segundo lugar e, paralelamente a educação, promover na sociedade Angolana políticas tendentes a incutir confiança a ao cidadão. Depois de tantos anos de escravatura e colonialismo em que o africano não foi o actor principal do seu destino, cultivou o espírito de dependência. E necessária torna-lo confiante e despertá-lo para acções concretas. E isto passa necessariamente pela criação de escolas, associações ou centros culturais e desportivos a partir das terras de origem (filhos da terra), quer residentes quer na «diaspora».E da combinação destas duas áreas donde parte o desenvolvimento de qualquer terra, região ou país. o governo provincial terá que encontrar a formula de combinar o esforço dos filhos que vivem na província e dos que vivem fora dela. o mesmo se aplica ao governo central em relação ao país no seu todo. Mas mais do que unir todos, será preciso começar por inventariar os quadros, empresários e aqueles que pelo seu estatuto social avançam para o fortalecimento do nacionalismo.

Criada a confiança entre o governo e o cidadão (pacto

de regime), haverá certamente aplicação de poupanças dentro da província ou dentro do país. O governo provincial ou central assumira a responsabilidade de envolver o cidadão, filho da terra, em primeira instância, nos projectos que decorrem na província ou no país, para criar a base de desenvolvimento com investimentos (poupanças) locais que concorrera para a formação da reclamada burguesia nacional. E, então, constataremos de que o estado somos todos nós, sobretudo, nesta fase de reconstrução nacional. Posta o problema desta forma, temos obrigação de conjugar esforços, no sentido de procurar consensos nas propostas de governo, para acelerar o passo e minorar a fossa que nos separa dos outros países africanos, porque, temos infra-estruturas devastadas que exigirão muitos anos de recuperação. País, apesar do fenómeno globalização, as identidades locais tem um peso incomensurável na vida dos homens. São elas que comandam a sua acção. Uma vez estimuladas podem contribuir decididamente para o desenvolvimento de uma região.

O Huambo já ocupou outrora o segundo lugar no ranking nacional e tem potencialidades de vir a desempenhar de novo este papel. Reune condições para tal, por exemplo, a situação geográfica (centro do país) e o clima ameno. Mas mais do que isto, a maior riqueza do Huambo são as suas populações ou o seu povo que hoje vive disperso. Portanto, se a província do Huambo não voltar a ter a densidade populacional da década de 70, será difícil aspirar para atingir o lugar que ocupou na arena nacional. Pois, é o povo que constitui a mala do desenvolvimento de qualquer região. Então, como tarefa primeira, nesta fase, o governo provincial deveria adoptar políticas tendentes a reter as populações existentes e incentivar os deslocados para o regresso. Devemos reclamar pela implementação anunciadas pelo governo central, tais como, a recuperação de infra-estruturas ligadas a rede rodoviária, comércio, saúde e ensino. A educação tal como ficou afirmado joga um papel chave e deveria apontar para o ensino de matérias ligados a solidificação da consciência do cidadão como, a história, filosofia, antropologia, assim como o ensino da língua Umbundu. Tudo isto deve ser complementado com um levantamento dos quadros, empresários, professores, comerciantes e outros agentes económicos da província. Uma multiplicação de escolas primárias, secundárias, creches, escolas profissionais de base e centros de saúde de que ser o proprietário os próprios filhos da terra, seria outro passo a seguir. São os filhos da terra, em primeira instância, o garante do desenvolvimento regional. São eles que podem por circunstâncias óbvias reter a poupança local e contribuir para a melhoria da vida das famílias. E são ainda eles que constituem os alicerces da identidade local, étnica¹,

da africanidade e da «angolanidade».

Concluindo, o governo provincial deveria adoptar programas que apontem para, a curto prazo, munir todas as comunas da província de escolas de base até a nona classe, os municípios até a décima segunda classe. E, considerando as dificuldades actuais de manter os alunos no ensino superior em Luanda e considerando as condições geográficas da província, povos e história da região, este Colóquio poderia propor inequivocamente, a cidade do Huambo para sede da segunda Universidade Pública de Angola.

3.2 Plano de apoio a juventude

Angop... 07-05-05

O Conselho de Ministros aprovou, no mês passado um plano executivo de apoio a juventude para o biênio 2005/2006, como instrumento primordial de aplicação das políticas do governo viradas para o sector.

Segundo um documento do ministério da Juventude e Desportos, a sua configuração mental sobre os eixos tidos como fundamentais e que foram estabelecidos em harmonia com os principais problemas, inquietações e aspirações manifestadas pelos jovens. A institucionalização de um observatório nacional, tendo como escopo a promoção de estudos sobre matérias complexas da juventude, será a primeira das acções preconizadas neste plano governamental. A ocupação dos tempos livres, que é uma preocupação permanente dos jovens, exige do Estado a instrumentação de medidas eficazes que visem protegê-los dos perigos que resultam da sociedade, ocupando também por isso um lugar privilegiado no plano.

O plano consagra igualmente como fundamental a elevação da educação moral e cívica dos jovens, o que obrigou o ministério da Juventude e Desporto a pensar na elaboração e difusão de uma cartilha para modelar a conduta dos jovens. A promoção do emprego e a formação profissional dos jovens e também tido como essencial para o seu desenvolvimento salutar. Assim, a ampliação do auto-emprego será tida em consideração para a prossecução daquele desiderato estando na forja a organização de cooperativas de apoio ao trabalho desenvolvido por muitos jovens sem um emprego formal como os lavadores de carros, roboteiros, zungueiras e moto-taxistas (os kupapatas). (...)
A promoção da Saúde Desporto e Cultural através de projectos específicos, faz parte dos eixos definidos no plano como fundamentais no qual se ressalta ainda a constituição de um empresariado juvenil forte a implementação do cartão-jovem para facilitar a transportação dos estudantes bem como a «maká» da

delinquência juvenil cujo combate se afigura prioritário entre as prioridades. Aqui dar-se-a ênfase a instrumentalização de medidas preventivas e de combate as causas que potenciam a sua proliferação.

3.3 Juventude Angolana: entre o emprego e o desemprego

A capital...07-05-05

Todas as empresas que participaram da primeira edição da feira do emprego, em Luanda, manifestaram-se surpresas pela avalanche de jovens que acorreram ao evento, mas mostraram-se, ao mesmo tempo, desiludidas pela fraca qualificação dos candidatos

O empresario Hans Christian confessa que ficou impressionado pelo nível de aderência da juventude a primeira feira do emprego, recém terminada nas instalações da Filda. E não era para menos, afinal o evento foi invadido por uma multidão de jovens avidos por uma oportunidade de trabalho ao ponto de muitas empresas terem sido obrigadas a reforçar a segurança nos seus stands.

«Isso é um sinal positivo», comentou o empresário que se encontra a pouco tempo em Angola. «É algo que apenas vem mostrar que a juventude angolana tem fome de trabalho», disse.

«Os jovens angolanos gostam de trabalhar e esperam apenas que lhes seja dada uma oportunidade», comentou. So quem não visitou o certame, que durou quatro dias, deixa de ter a mesma opinião que o industrial Hans Christian, principal responsável da Ancar, um projecto empresarial que prevê, para breve, a montagem de viaturas da marca Volkswagen. Empresas como a Ancar foram literalmente invadidas por um exercito de pessoas, de varias idades, ansiosas, umas, em conseguir o seu primeiro emprego, enquanto outras buscavam um trabalho melhor e outras ainda estavam apostadas em ultrapassar o desemprego a que estão relegados. Tudo isso passou-se mesmo apesar do caracter da feira que não esteve virada para a oferta imediata de empresas, servindo sim para que as empresas pudessem ter uma base de dados das necessidades do mercado e das proprias qualificações dos candidatos. A população angolana e maioritariamente jovem e, segundo as estatísticas oficiais, o desemprego afectada 45 por cento da população economicamente activa, num país habitado por cerca de 14 milhões de pessoas.

Aos 33 anos, Nzeto Mavanga é uma das pessoas que correu para a feira em busca da oportunidade de que já anda a espera faz tempo. Formado em engenharia de

minas na Republica da Russia, até conta que já andou por varios centros de emprego sem contudo conseguir uma vaga. A feira constituiu, para ele, uma oportunidade de estar mais próximo das empresas, tanto foi assim que conseguiu entregar o seu currículo a Sonangol, da parte de quem aguarda uma chamada telefônica que pode surgir a qualquer instante. A efusiva procura não abrangeu apenas pessoas com as qualificações de Nzeto Adelia dos Anjos, 26 anos, uma estudante da faculdade de Economia que madrugou, durante os dias da feira, para distribuir o seu curriculum ao maior numero possível de empresas. A enchente, todavia, dificultou o seu trabalho. Por volta das 11 horas da manhã, Adélia tinha apenas entregue o documento a empresas. Mesmo assim mostrou-se optimista. Lutinadia Antonica, de 22 anos, não se perdoa por ter tomado conhecimento da realização da feira tarde demais. «Soube apenas no domingo, no dia do encerramento», revelou. Mesmo assim, era ve-la atarefada de stand em stand em busca de uma oportunidade que sirva ao menos o seu perfil profissional. Ela terminou, recentemente, um curso de enfermagem, mas as ofertas para esse ramo eram raras no evento. Somente a clínica Sagrada Esperança dispunha de algumas vagas nesse sentido.

Agora que a feira mostrou a vontade da juventude, e preciso, na visão de Joao Baptista, 42 anos, que os jovens sejam incentivados. «Não se entende que num país como o nosso que precisa de se desenvolver, a maior parte dos jovens não esteja inserida no mercado de trabalho».

O sucesso da primeira Feira do Emprego fez com que muitas das empresas participantes comesçassem já a pensar numa segunda edição, tal é a certeza com que ficaram de que «os jovens angolanos tem iniciativa e muita vontade de trabalhar», concluiu um expositor.

3.4 Crianças angolanas presentes na Cimeira Mundial do ambiente

Angolapress... 26-05-05

Duas crianças angolanas, com dez e doze anos, participam de hoje até ao dia 29 de Maio na Cimeira Mundial das Crianças pelo Ambiente, em Aichi, Japão. As duas crianças foram seleccionadas na primeira quinzena deste mês, segundo o secretário para a cooperação da Juventude Ecológica Angolana (JEA), Constantino Alberto Mendes, pelo Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA) e governo Japonês. Os petizes seleccionados foram candidatados pela JEA e serão orientados por dois tutores que os vão preparar para representarem com dignidade as crianças angolanas. Os representantes de Angola levam para esta

cimeira uma exposição de livros, material de educação ambiental, entre outros.

Com participação de cerca de 1500 crianças de vários países, este evento vai ser realizado em alusão à Expo/2005 a decorrer no Japão. Sob o lema “pensando global e agindo localmente”, os petizes vão falar do estado do ambiente nas suas comunidades, bem como definir formas de participação na protecção do ambiente, da água, dos oceanos, da biodiversidade, dos solos, dos povos indígenas e das florestas. Visitas de estudo, excursões e passeios na Expo Japão/2005 vão ocupar o tempo dos meninos, no Japão. Ao fim da cimeira, todas as crianças participantes vão apresentar aos governos presentes na Expo Japão/2005 uma declaração denominada “carta das crianças salvando a terra”, na qual vão sugerir acções, projectos de protecção e melhoria do ambiente nos respectivos países. A Juventude Ecológica Angolana (JEA) também coordenou e trabalhou para as candidaturas das crianças da República de Moçambique e da Guiné-Bissau.

Angola levou ao Japão a amostra de uma aldeia de pastores do sub-grupo étnico kwvale do povo Nhaneka-Humbi (localizados entre o norte do Cunene e Sul da Huíla), assim como bens ligados ao sector das tecnologias de petróleo, diamantes e outros.

A sala angolana, no pavilhão africano, tem três blocos. O primeiro tem uma amostra da aldeia Kwvale, o segundo, dos recursos naturais, e o último bloco de meios e equipamentos tecnológicos.

4 TERRA E HABITAÇÃO

4.1 Capapinha decreta combate a sanzala urbana

Agora...07-05-05

Um elemento que parece ser comum as agendas de todos os governadores da província de Luanda e a luta contra os vendedores ambulantes. A curiosidade esta em saber qual deles se sai vitorioso desse combate.

Os esforços para o banimento da venda de bens alimentícios e produtos de uso publico na via publica datam do tempo de Simão Paulo, se calhar até, de Aníbal Rocha ou mais tarde ainda, persistiram durante a vigência dos dois mandatos da Comissão Administrativa para a Gestão da Província de Luanda e, mantem-se agora na governação de Job Pedro Castelo Capapinha, actual govenador da província de Luanda, que acaba de decretar um combate sem tréguas as mini-praças espalhadas cidade adentro e venda ambulante

pelos artérias da capital. Em declarações recentes a respeito do assunto, Capapinha, que não poupou críticas a passividade da Policia, reconheceu que a pratica de venda em lugares inapropriados, alem de perturbar a tranquilidade publica e a segurança dos cidadãos, contribui para o acumulo de lixo nas mas. Para o govenador, a ordem deve ser mantida “custe o que custar”. “O cidadão tem de funcionar na disciplina, na ordem e na ética”, observou, notando que não é justo que determinadas vias da cidade continuem obstruidas por comerciantes ambulantes “sem que a Policia e os serviços de Fiscalização os consigam combater”. Tratando-se de situações que ha muito podiam ser combatidas, mas só não são por cumplicidade visivel dos serviços de Fiscalização do GPL e da própria Policia, muitas vezes comprometidos com os vendedores, já que tiram dividendos quanto mais indiferentes forem, Capapinha acha que esses órgãos devem assumir as suas responsabilidades, no sentido de manterem a tranquilidade”.

“Nao podemos confundir o policiamento com amizades como vemos na acção de elementos afectos a Policia de Ordem Publica e da Fiscalização”, frisou. Para os luandenses, a posição de Capapinha é bem vinda. O mais importante, consideram, e que o governador e o seu executivo sejam capazes de transforma-las em concretas. Uma coisa é certa: a venda ambulante na capital do país atingiu o impossível. Entretanto, um elemento novo a registar no que tange a sanidade urbana da cidade, devendo, visão de observadores sociais, constar da agenda do GPL. E o caso dos anúncios das casas de espectaculos e promotores de cursos de formação vários, cujas acções de publicidade através da colagem de panfletos, muito tem contribuído para a sujidade das paredes e portas. No mesmo âmbito, impasse que o GPL determine áreas próprias para a venda de cartelas dos jogos da sorte que, também sujam a cidade. Em face de toda a sujeira que domina o casco urbano da cidade, em particular, e todo o resto da cidade em geral, já muitos observadores concluíram que “sendo Luanda o espelho do país, como o confessou Job Capapinha - estão a passar uma imagem deplorável”. Deplorável é também o estado das estradas. Gravemente esburacadas, elas, desde o centro a periferia de Luanda há muito clamam por uma intervenção.

Foi positivo ter o facto mexido com a atenção do governo de Luanda que, recentemente, pós em marcha uma operação “tapa buracos” que, pelo menos, já abrangeu os cruzamentos das ruas comandante Kwenha/Che Guevara, comandante Kwenha/Conego Manuel das Neves e a rua da Guine, entre outras. O GPL garantiu que vai prosseguir, preferindo os

períodos nocturnos e os fins-de-semana (sábados e domingos) para a sua efectivação.

4.2 A preocupação do projecto Morar

Capital... 01-05-05

Moradores removidos das redondezas do Nzamba II e de algumas zonas do Kassequel do Buraco e do Lourenço para o «Projecto Morar», na Viana II, manifestam-se preocupados com uma condição que o Governo Provincial de Luanda os remeteu falta de um documento que lhes garanta a titularidade das habitações a si atribuídas

O problema remonta o ano de 2001, altura em que o Governo Provincial de Luanda (GPL) desalojou populares em algumas zonas da cidade, para dar início a um projecto gizado com o propósito de dar solução ao caótico tráfego automóvel da capital. O projecto previa a construção de passagens superiores e inferiores, assim como alargamento de algumas vias, o que passaria antes por acabar com as habitações abrangidas nos perímetros circunscritos ao projectos.

E assim que a opção do GPL for transferir os moradores dessas zonas para o projecto morar onde construiu um total de cinco mil casas a propósito. Quatro anos após o seu realojamento em Viana II, os moradores levantam uma preocupação: a falta de um documento que lhe confira a titularidades das casas a eles atribuídas, em função das necessidades do GPL. As condições das próprias moradias que, segundo os moradores, deixam muito a desejar, é um problema que preferiram afastar, a favor da necessidade do título de propriedade para acautelar eventuais litígios. Populares contactados lembram que no acto de entrega de chaves, na pessoa do engenheiro Gama, do Governo Provincial de Luanda, recebeu-se a garantia de que os títulos seriam entregues tempos depois. Isso mesmo foi testemunhado por Maria Fernandes, uma cidadã na mesma condição. De lá para cá, o problema continua por resolver, enquanto a indignação se apossa cada vez mais dos moradores. Na sequência da morosidade no tratamento de tal questão, moradores impacientes acharam por bem vender as residências a si concedidas, em prevenção eventuais situações que pudessem decorrer da falta de titularidade oficial da residência que ocupa. Pelas mesmas razões, Maria Fernanda já terá também ponderado dar semelhante destino a sua casa, mas um factor muito simples determinou que recuasse da decisão.

«Não tenho mais para onde ir, disse, tomando isso como razão que a impede de lutar por um documento que lhe assegure a propriedade da casa. Uma série de

cartas nesse sentido já foram endereçadas ao GPL e a instituições como o Ministério das Obras Públicas, até mesmo a Presidência da República sem, entretanto, obter respostas satisfatórias. «Algumas não são respondidas, e outras mandam respostas dizendo apenas que estão a ser estudadas» conta a moradora, reportando-se a um exercício que já data de um ano. Entre as instituições junto das quais os moradores fizeram diligências, o GPL foi a que mais decepciona por tentar fugir das suas responsabilidades. Segundo tais moradores, este terá, numa das suas respostas informado que a situação prevaiente não é da competência do GPL, porém, do Instituto Nacional de Estrada que havia demolido as residências. O Instituto de Estradas de Angola, por sua vez, também se isenta de qualquer culpa no caso, transferindo-a ao Gabinete de Obras Especiais, este último justificando a posição com alegações de que o GPL não terá pago o GOE pelas obras efectuadas. «Estamos num campo em que as pessoas só jogam a bola e não dizem nada», lamentaram.

Serafim Soares diz sentir-se um dos mais injustiçados quando compara a estrutura da casa que tinha com a que lhe foi atribuída. «Não se compara nem um pouco a esta», salientou. A maior aflição de Serafim ocorre quando lembra que a estrutura da sua antiga casa lhe permitia exercer actividades comerciais, algo que já não pode fazer em função das condições da actual residência. Ele sente-se, por isso, no desemprego. O engenheiro Gama do GPL, enquanto uma das individualidades que procederam a entrega das casas, a o rosto mais conhecido dos habitantes do projecto morar. So que o contacto com aquela entidade não tem sido fácil como antes. «o engenheiro gama quando nos vê foge», queixou um dos populares. O mais acessível é o engenheiro Panda, outro quadro do GPL também familiar ao processo. Todavia, nem com isso o caso encontra solução. Há informações de que alguns moradores possuem título de registo de propriedade, algo que dona Maria confirma, referindo que os detentores dos aludidos documentos terão adquirido a partir da administração local. A Capital não pode confirmar tais informações.

Embora seja um recurso de que os moradores se socorrem em função da indefinição das autoridades, dona Maria prefere não partir por essa via, acreditando que, mais tempo, menos tempo, o problema pode vir a ser equacionado.

Ainda assim questiona: «porque a administração esta a vender declarações quando afirma que o assunto não é da sua competência?»

4.3 (Dês)reabilitação da rua desanima moradores

Folha 8... 07-05-05

Rua do Alentejo, uma das mais criticas em termos de saneamento da Terra-Nova no Município do Rangel esta com um aspecto melhor desde o dia 29.04. No entanto o facto não alegra os moradores.

A atitude dos moradores resulta por aperceberem-se que tais melhorias apenas aconteceram pelo facto de na referida rua estar localizado um dos Comitês de apoio do MPLA que foi inaugurado no dia 30.05, quer dizer a rua foi reparada devido a cerimonia de inauguração.

Os movimentos em torno da limpeza e nivelamento da actual Rua Baixa de Cassanje, antigo Alentejo, começou no dia 19.04, quando duas viaturas da empresa de saneamento HIDROSAN começaram a diminuir a água que, ha muito tempo impedia que esta pudesse ser usada por automobilistas como fizemos referência na edição numero 758. Entretanto, era apenas o inicio da empreitada que conheceu o seu ponto crucial um dia antes da inauguração do referido comité, efectuada no dia 30.05 pelo secretário para a informação do MPLA Kwata Kwanawa. Na manha do dia 29.04 o Administrador do Rangel, Joaquim de Oliveira, acompanhado por alguns colaboradores chegava a rua tida como a mais importante da zona devido a sua localização estratégica, uma vez que é a unica que permite a ligação directa entre as ruas Deolinda Rodrigues (Estrada de Catete) e Hoji-ya-Henda. Joaquim de Oliveira, demonstrando desconhecer os problemas do bairro, permaneceu, com um olhar ceptico, vários minutos ao longo do ponto mais lastimavel da rua, situado a poucos metros do Comité e em frente do edificio da residência pessoal de Cristiano André, o Presidente do Tribunal Supremo. O cenário, que existe ha muitos anos, resumia-se em vários metros de água estagnada alternando com lama, onde as latas, sacos, pedras e outros resíduos ocupavam grandes espaços.

Acabar com tal situação, dentro das horas que restavam do dia 29.04, bem como nivelar toda a rua do Alentejo e o principio das ruas interligadas era o desafio da equipa comandada por Joaquim de Oliveira, coadjuvado por membros notáveis do partido naquele bairro. Assim é que, quando passavam alguns minutos das nove horas, surgiram quatro camiões basculantes da Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda, ELISAL e igual numero de maquinas niveladoras para darem inicio a ultima e mais difícil fase da empreitada “Rua do Alentejo” iniciada no dia 19.04. Perante o olhar curioso dos moradores, as basculantes carregavam o lixo e regressavam com carradas de areia

vermelhas, enquanto as maquinas niveladoras e as charruas atestavam as viaturas com o lixo e nivelavam os montes de areia, deixando a rua mais ou menos lisa.

No entanto, era visível a preocupação dos operários em dar mais “brilho” naquelas zonas próximas do Comité do MPLA, uma vez que tiravam o lixo e ate carcaças de viaturas do interior dos quintais que estão junto do Comité, para as depositarem noutras partes da fila, todas elas distantes do comité. A empreitada foi ate as primeiras horas do dia 30.04, ou seja por volta das 00.23 horas. Os homens ainda lá estavam, contavam com a iluminação das maquinas, pois diziam, “temos que terminar isso ainda hoje, se não estamos mal”, argumentou um dos operários. E assim foi. A rua acordou com outra cara no dia 30.04, as viaturas, como não acontecia a vários anos, podiam sair de uma ponta para outra, assim como os moradores não tinham necessidade de recorrerem mais as pedras para poderem passar, alias as pedras também já faziam parte do passado. No entanto, ao contrario daquilo que seria normal, os moradores manifestavam-se contra, e tudo porque não estavam alheios as razões que motivaram tal empreitada: a inauguração do Comité de Acção numero 5 do MPLA.

“Por causa disso, eles conseguiram em menos de vinte e quatro horas limpar e nivelar a rua. Ha muito que apelamos para verem a situação dessa rua, mas nunca fomos ouvidos, isso realmente chateia”, disse o morador Sergio Kilamba. Bety, é outra moradora que argumentou sobre o assunto, tão logo soube que a empreitada não foi por acaso. Ela resumiu o seu aborrecimento dizendo que “estava a estranhar esta obra e eu não gosto de coisas feitas por interesse”. Os moradores defendem ainda que, para minimizar a situação, ou seja em jeito de fugirem as criticas dos moradores as administrações deveriam dar continuidade as obras, uma vez que “assim é mesma coisa que nada. Se por acaso caí mais uma chuva tudo volta ao mesmo”, defendem. A referida Rua foi asfaltada na segunda metade da década de oitenta mas o resultado das obras durou menos de seis meses.

E em 2001 houve outra tentativa com a empresa Angoplanum que interrompeu as obras cinco dias depois do inicio, tendo deixado apenas um buraco que so piorou a situação na opinião dos moradores.

4.4 Experiência no lar do patriota denuncia nova tendência do mercado imobiliário

Semanário Angolense...14-05-05

O que esta a acontecer com a cooperativa «Lar do Patriota» vai certamente acelerar a conclusão desse projecto imobiliário, transformando-o no major alguma vez erguido em Angola, mas a pergunta que deixa os analistas atónitos, persegue saber se os fluxos de capital que repentinamente lhe foram destinados constituirão ou não uma tendência de curto prazo desse mercado.

O fenómeno, tal como pode ser considerado, reside antes de mais numa relativa abundância de capitais na economia, proporcionada pelo empréstimo chinês de dois biliões de dólares, que estará em fase de desbloqueamento até ao próximo ano. A cláusula do empréstimo que obriga a intermediação bancária dos fundos disponibilizados leva a que as empresas angolanas contratadas para executar projectos do âmbito desse financiamento, tem estado a constituir os pagamentos obtidos em poupança e, consequentemente, num assinalável potencial de liquidez dos bancos angolanos. Mas os bancos, eles próprios, estão em fase de constituição de autênticos mananciais de liquidez, na sequência de projectos de internacionalização de capital facilitados pelo clima de paz que Angola vive desde 2002, onde o ambiente económico passou a ser caracterizado por um crescimento do Pib de mais de dez por cento ao ano, com uma inflação em queda.

O exemplo mais flagrante pede ser vista no Banco Comercia Angolano (BCA), cujo capital foi em 50 por cento adquirido pelo ABSA, um banco sul-africano, traduzindo-se, isso, numa autentica «taluda» para o banco angolano. Ainda em fase de abertura, o Banco Internacional de Comercio (BIC), pede vir a afigurar-se numa experiência semelhante, já que se espera que o empresário português do ramo imobiliário Américo Amorim se venha a juntar ao projecto. A verdade é que os bancos tendem agora a abrir os cordões a bolsa, assumindo uma atitude activa e de concorrência aberta (a quem fale num clima de quase perseguição) nos processos de financiamento as empresas angolanas. E como é que isso pede ser provado na pratica? A Cooperativa o Lar do Patriota acaba de conseguir do BCA um empréstimo de 20 milhões de dolares. Responsáveis da cooperativa contactados pela imprensa confirmaram o facto e dizem que o financiamento constitui um passo importante para a estabilidade e o avanço do Lar do Patriota, que constrói neste momento a Urbanização Harmonia, o seu primeiro grande projecto. Trata-se, indicaram essas fontes, da construção de cinco mil casas, que vão das residências económicas a vivendas de alta renda, em áreas que terão incorporados espaços sociais como escolas, hospital, igrejas, creches, centros culturais e cívicos, bem como espaços reservados a pratica do desporto.

As fontes da cooperativa fizeram saber que para acelerar as construções na Urbanização Harmonia, a cooperativa celebrou um contrato com a construtora chinesa CGC, que vai erguer 900 casas nos próximos doze meses, resolvendo assim um problema que ha muito tem criado serios embaraços a liderança da cooperativa: o atraso na entrega das moradias.

No âmbito de um programa de entrega paulatina de casas aos seus sócios, a cooperativa projecta destinar mais de 600 casas aos sócios até ao fim do ano em curso. A Cooperativa o Lar do Patriota é proprietária de 1.200 hectares de terreno na região do Benfica, uma das zonas mais arejadas e cobiçadas de Luanda. Mas os capitais disponíveis na economia acabam por encorajar, também, os clientes institucionais para o projecto, como é o caso do Banco de Poupança e Crédito (BPC), que assinou com a Cooperativa Lar do Patriota um contrato para a construção de 100 casas para os seus trabalhadores, numa empreitada avaliada em seis milhões de dolares. A multinacional do ramo petrolífero TOTAL, por seu lado, solicitou a administração da cooperativa a edificação de 180 moradias para os seus empregados, pelo valor global de 15 milhões de dolares. E preciso notar que a base desses empreendimentos constitui-se de qualquer maneira em financiamentos intermediados pelo sistema bancário, que podem evoluir para formas mais ousadas, quando um inevitável crescimento das construções imobiliárias se transformar num «boom» desse mercado. A generalidade dos bancos já tem criados produtos do tipo credito habitação, mas os juros ainda afugentam os clientes quando os empréstimos são concedidos a muito curto-prazo. provavelmente, a constituição de empresas financeira especializadas na preparação de financiamentos desses va esses a decisão mais condicente com o crescimento previsível do mercado imobiliário.

De acordo com a experiência da Cooperativa o Lar do Patriota, o prenuncio do crescimento dessa actividade nem só se vê favorecido pelos fluxos quase generalizados de capitais, mas pode beneficiar também de mão-de-obra, tecnologia, equipamentos e matéria-prima como acção, ferro, cimentos e materiais de cobertura disponíveis a preços competitivos, se adquiridos na China, afinal, a origem de todo esse frenesim. Para se ser franco, e bem reconhecer que para fenómenos contraditórios como é ter casa própria, compra-la sem ter que bater o dinheiro a vista e o crescimento desordenado de Luanda, as boas notícias vem da Cooperativa o Lar do Patriota, a Sul de Luanda.

Fundada em 2000 por um grupo de oficiais superiores das Forças Armadas Angolanas (FAA) na reserva, a

Cooperativa o Lar do Patriota é o primeiro empreendimento dessa natureza no período pós-independência e até então tocava essa empreitada com fundos advindos exclusivamente da contribuição dos sócios. Neste momento possui qualquer coisa como seis mil sócios, mil dos quais já receberam as respectivas moradias e nos próximos tempos deve arrancar com outras urbanizações, também a sul de Luanda.

5 SERVIÇOS BÁSICOS

5.1 Sistema de água da província fornecerá 30 litros/dia por habitante

Jornal de Angola...03-05-05

O futuro sistema de abastecimento de água canalizada a cidade do Huambo deve distribuir 30 litros por dia a cada habitante, segundo revelou ontem o director Nacional da Energia e Águas, Gomes da Silva.

O responsável, que assertava o sub-tema “Infra-estruturas variadas, energia hidráulica”, no encontro provincial de quadros, deu a conhecer que este plano director de 2004/2007, já elaborado, deveria estar com as componentes completas da rede de distribuição, em julho de 2006. O futuro sistema da rede, tido como primeira fase, terá a capacidade de distribuição de 1.360 metros cúbicos de água por hora, contra os 500 hoje instalados na central do rio Culimahala. O novo sistema compreende a montagem de 100 novas quilómetros de tubagem na rede. Dos 130 quilómetros de tubagem existentes, na sua maioria em estado de degradação, 100 serão reabilitados pelos especialistas da Direcção Nacional da Energia e Água. Contadores para o controlo dos gastos de água serão instalados, da sustentabilidade do sistema.

O plano director actual abrange 30 por cento da população com o abastecimento público de água canalizada. Os restantes 70 recorrem as fontes tradicionais, como fontanários e cacimbas.

Para, a segunda fase, que vai de 2007/2015, serão privilegiadas acções e políticas para a extensão e desenvolvimento do sistema, com o aproveitamento do caudal do rio Cuhongama (Caala), que servem, como segunda fonte de abastecimento da rede de distribuição, com o respectivo tratamento, a partir de uma nova fonte, junto a cidade. Este plano director, de acordo com o director Nacional da Energia e Água, enquadra-se nas metas de desenvolvimento global do país e nas

estratégias de combate a pobreza, assim como no saneamento básico, como principal contributo para a medicina preventiva. O governo da província, do Huambo, para o biênio 2005/2006, vai investir 445 milhões de Kwanzas para a construção e reabilitação das redes e distribuição de água, em algumas comunas e municípios, com uma previsão de beneficiar 220 mil e 300 cidadãos.

O Encontro Nacional de Quadros, que termina ainda hoje, tem como objectivos recolher contribuições para a formulação de políticas, visando o desenvolvimento socio-económico da província, bem como a troca de conhecimentos.

5.2 Varredores de rua pedem respeito a sua profissão

Jornal de Angola...10-05-05

VARREDORES de rua da cidade de Luanda condenaram domingo a atitude de certos cidadãos que insistem em menosprezar a sua actividade, fundamentalmente os automobilistas, e exigem o devido respeito, pois com o seu trabalho contribuem para a melhoria da imagem e salubridade da capital. Falando a Angop, os profissionais foram unânimes em afirmar que muita gente ainda não está sensibilizada ou educada, por isso vezes sem conta são obrigados a ouvir e tolerar ofensas morais, e em situações mais graves acabaram mesmo por serem atropelados.

“É necessária que se eduque as pessoas, pois por muita boa vontade que a gente tenha, sem a colaboração dos cidadãos, não será possível mudar o actual quadro de podridão que a cidade apresenta” - sublinharam. Gervasio Paulo, varredor afecto a Elisal há mais de um ano, solicita das instâncias de direito a criação de programas de sensibilização dos cidadãos, de modo a que os varredores sintam que a sua actividade é acarinhada e respeitada.

“Nos somos chefes de família e nos sentimos revoltados quando pessoas já crescidas nos ignoram e até encorajam muitas crianças a nos menosprezarem” - desabafou. Por sua vez, André Costa, que está há dois anos nesta profissão, disse que pessoas há que ainda não tem sequer a noção da importância do trabalho que desenvolvem, daí o desempenho que nutrem pelos varredores. Lamentou ainda o facto de muitas empresas de limpeza e saneamento não disporem de equipamentos apropriados para os seus funcionários desempenharem essa actividade. “Muitos de nós trabalham sem máscaras e luvas apropriadas, e em certos casos até falta sabão e outros detergentes para um bom banho depois de terminada a labuta” - sublinhou.

Ja Rosa Tadeu, que realiza este trabalho ha menos de um ano, diz que os automobilistas são o principal entrave do seu trabalho, pois estão sempre apressados. “Eles não respeitam as pessoas muito menos os cones o que torna o nosso trabalho arriscado”, lamentou. Referiu que deve haver mais ponderação e civismo por parte dos condutores e da população em geral, porque todas as actividades realizadas honestamente merecem o respeito da sociedade. Por seu lado, os automobilistas defendem-se dizendo que a limpeza da cidade devia ser efectuada no período noturno devido ao péssimo estado das estradas. O condutor Geronimo Abel é de opinião que o trabalho dos varredores, principalmente nas vias estreitas, tem provocado muitos embaraços ao transito, chegando mesmo a por em risco a segurança dos automobilistas.

Ja Cristina Adão, também automobilista, disse que o transito em Luanda por si so já é complicado, pelo que “seria bom que realizassem a limpeza no período do nocturno, em que ha pouco movimento de viaturas e peões”.

Em Luanda existem varias empresas vocacionadas a limpeza e saneamento da urbe, das quais se destacam a Elisal, SGO e Brigrada Especial de Limpeza da Casa Militar da Presidência, que se ocupam da limpeza de zonas especificas.

6 PAZ E CIDADANIA

6.1 Igreja Católica não se deixa intimidar por actos de vandalismo em Cabinda

Jornal de Angola...16-05-05

A Igreja Católica não se vai deixar intimidar com os actos de violência protagonizados por supostos fiéis que contestam a nomeação pelo Papa João Paulo II de Dom Filomeno Vieira Dias para presidir à Diocese de Cabinda.

O facto foi reiterado neste fim de semana pelo Nuncio Apostólico, Dom Ângelo Baccio, quando efectuava uma visita de trabalho a Cabinda, durante a qual a viatura em que seguia foi apedrejada por supostos fiéis contestatários. Segundo noticiou a Voz da América, Dom Ângelo Baccio não apenas disse que o Vaticano não vai mudar a sua posição, como deixou claro que Dom Filomeno Vieira Dias tomará posse como novo bispo de Cabinda, numa data não muito distante, para defender os mais fracos e os direitos humanos. A hierarquia católica instaurou em Março último um

inquérito na sequência de incidentes ocorridos durante uma missa crismal em que algumas pessoas apedrejaram e vaiaram D. Damião Franklim, administrador apostólico da Diocese de Cabinda e presidente da Conferência Episcopal de Angola e S. Tomé (CEAST). A 11 de Fevereiro, o Papa João Paulo II nomeou D. Filomeno Vieira Dias, então bispo auxiliar de Luanda, para bispo de Cabinda. Enquanto se aguarda a tomada de posse do novo bispo, D. Damião Franklim, natural de Cabinda, foi nomeado administrador apostólico da diocese, que acumula com o cargo de Arcebispo de Luanda. Na sequência das acções de violência contra Dom Damião Franklin, a CEAST emitiu um comunicado em que lamenta “a atitude inesperada e estranha dos irmãos de Cabinda em recusarem a nomeação feita pelo Santo Padre ao prover de Pastor próprio esta Diocese irmã”. Nesse documento, os bispos lembram que é normal na Igreja que o bispo de uma diocese seja oriundo duma diocese diferente, considerando grave que “círculos alheios à fé cristã e católica queiram instrumentalizar e subordinar à política a própria autoridade da Santo Padre, sucessor do Apóstolo Pedro”.

Nesse sentido, a CEAST salienta que, nas horas difíceis da sua história, “sempre apelou ao diálogo como via segura para dirimir conflitos”.

6.2 Consolidação das independências é prioridade dos africanos

Angop...10-05-05

O presidente da Assembleia Nacional, Roberto de Almeida, defendeu ontem, em Luanda, que a consolidação das independências, o estabelecimento de uma paz duradoira e a construção de bases económicas sólidas constituem hoje a prioridade dos países africanos na sua luta pelo desenvolvimento, progresso e bem-estar.

Roberto de Almeida proferiu estas declarações na abertura do colóquio “Da luta clandestina à proclamação da independência nacional – memórias de um passado que se faz presente”, que decorre no Palácio dos Congressos. O Colóquio, que termina hoje, conta com a participação de especialistas em história dos movimentos de libertação de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe e de protagonistas da luta de libertação nos nesses países.

Segundo Roberto de Almeida, que felicitou o Ministério da Cultura pela oportunidade da realização do colóquio, a experiência comum de vida sob uma mesma forma de poder colonial e o conhecimento

prático dos mesmos processos de alienação e despersonalização do homem africano, favoreceram desde os tempos mais recuados da luta clandestina uma solidariedade temperada nas dificuldades. Devido às discriminações comuns por que passaram os africanos, de acordo ainda com o Presidente da Assembleia Nacional, o processo de aprendizagem dos métodos de luta desenrolou-se igualmente num quadro de entreaajuda e solidariedade, que prevalece até aos nossos dias. Na visão do presidente do Parlamento angolano, a luta armada de libertação nacional foi a única saída para contrapor à obstinação do Governo português em prosseguir a sua política colonial, que negava aos africanos os mais elementares direitos e garantias fundamentais.

Ele reconheceu que a participação no colóquio de um leque variado de investigadores, intelectuais e estudiosos da história do nacionalismo africano conferia à partida ao evento a garantia de uma abordagem séria, privilegiando em todas as circunstâncias o rigor científico e o critério da verdade. Roberto de Almeida referiu que tal abordagem vai permitir “recolher e escarpelizar uma multiplicidade de dados e testemunhos caldeados na vontade comum de fazer avançar a roda da História, pondo termo a uma das formas mais abjectas de dominação e exploração humana: o colonialismo”.

Segundo a comissão organizadora do evento, o colóquio pretende ser um ponto de partida que proporcione um debate de especialistas e participantes na luta armada contra o regime colonial português. Pretende-se, de acordo ainda com a referida comissão, uma conjugação de esforços para organização de arquivos que cubram a lacuna sobre a matéria. Os debates estão divididos em quatro painéis, nomeadamente sobre “As fontes na temática de luta anti-colonial”, “Os grupos de luta anti-colonial”, “O exterior e a luta de libertação nacional” e “A ideologia/etnia no seio dos movimentos de libertação”.

O programa prevê ainda depoimentos dos protagonistas da luta de libertação dos principais movimentos de libertação dos cinco países africanos de língua oficial portuguesa, o MPLA, FNLA, UNITA, FRELIMO, PAIGC e MLSTP.

6.3 Reduzem os conflitos tradicionais por causa do gado

Jornal de Angola...01-05-05

Os conflitos tradicionais reinantes nas terras do Rei Mandume desde os tempos idos, em relação a sucessão de bens, particularmente do gado bovino, reduziram consideravelmente ,devido ao crescente cruzamento de

culturas e uma concomitante evolução económica e social que se regista nos nossos dias, informou o delegado provincial da justiça, Ovidio Pahula.

Em relação ao gado bovino, tido como principal símbolo de riqueza, no Cunene, parte-se do princípio de que o filho da irmã do defunto se torna automaticamente o herdeiro de tudo. Esta cultura de sucessões na região, que tem sido um dos motivos da onda de sucessivos assaltos de gado protagonizado pelos prejudicados na partilha, e fundada na base da linhagem matrilinear, emanada de direito natural próprio. Por isso, principalmente quando morre. O chefe da família, procede, se a inventariação obrigatória dos, bens, sob orientação dos soberanos, ate chegar-se a passagem da herança, tendo como riqueza de referencia o gado bovino. E aqui onde se terá gerado os grandes conflitos, pois, por regra, os filhos do falecido não usufruem dos bens, sendo estes atribuídos ao filho de uma irmã, considerado como genuíno da família, por ter saído do ventre desta.

“O que acontecia ate ha trinta anos atrás, no que tange a partilha de bens, hoje já não se verifica na sua totalidade, pois houve uma inovação, o que significa dizer que tem havido uma certa simbiose na resolução conflitos, na base do direito positivo e costumeiro, razão pela qual coloca-se uma tarefa muito espinhosa aos estudiosos, fundamentalmente ligados as ciências jurídicas, históricas e antropológicas, de forma a criarem-se mecanismos para a reforma do sistema judicial local”, considerou o delegado da justiça. Particularizando a realidade da província, Ovidio Pahula defende a celeridade do processo dessa reforma judicial.

“E preciso termos em conta que dos casos que chegam ao tribunal provincial, no Cunene, a maioria tem a ver com o roubo de gado, raramente a população recorre ao tribunal para resolver assuntos relacionados com a família e com dividas, por exemplo”. Em sua opinião, no âmbito do direito costumeiro da região, existe uma certa lógica quando se decide que o gado proveniente da linhagem matrilinear dentro do casamento deve regressar a procedência, apos da morte do chefe de família. Para o caso dos filhos, a fonte defende que estes devem ser protegidos com a herança, através de um trabalho de peculia dos bens resultantes do esforço dos pais.

“Infelizmente, isto não tem estado a acontecer, porque, muitas das vezes, as comunidades não recorrem ao tribunal, pelo facto de os processos a este nível serem bastante fastidiosos e generosos. Alem disso, o acesso ao patrocínio e assistência judiciárias, muitas vezes, e

difícil. Daí a razão de muitos resolverem os casos por mãos próprias, ou por via dos sobas” reconheceu Ovidio Pahula.

6.4 Direitos humanos constituem prioridade do Governo

Angolapress...28-05-05

A necessidade de manutenção eficaz de instrumentos de defesa, protecção e promoção dos direitos humanos vem sendo prioridade do Governo angolano nos últimos anos, reiterou sexta-feira, em Luanda, o vice-ministro das Relações Exteriores, George Chicoti.

O governante que falava no encerramento do Seminário Intersectorial sobre Elaboração de Relatórios de Direitos Humanos disse que, desde o fim do conflito armado o Governo tem dedicado os seus esforços para os problemas desta área os direitos humanos. Prosseguindo, o governante afirmou que a sociedade está ainda pouco desenvolvida na conquista e expressão da sua autonomia, implicando que os cidadãos mais débeis, social, económica e culturalmente, se encontrem mais isolados e expostos a violações dos seus direitos. Ante este quadro, Chicote mostrou-se esperançoso com o alcance da institucionalização de uma provedoria de justiça bem como, com a vinda do relator especial para habitação adequada, adesão, brevemente, de três instrumentos jurídicos internacionais de direitos humanos, como sinais positivos que vão inverter a situação. A preparação e calendarização da apresentação dos relatórios sobre as Convenções Internacionais de direitos civis e políticos e do Pacto de Direitos Económicos, Sociais e Culturais, foram outros factores apresentados pelo vice-ministro, como forma de mudança. Durante a sua oração avançou que, este tipo de formação vai permitir o reforço da confiança e respeito no exercício do tratamento de questões de direitos humanos, bem como conferir maior eficácia e, por conseguinte, ultrapassar obstáculos da comissão intersectorial. O seminário de capacitação técnica para a elaboração de relatórios sobre Direitos Humanos foi dirigido a 32 pessoas de vários sectores, numa promoção da Direcção de Organizações Internacionais do Ministério das Relações Exteriores angolano (MIREX).

O mesmo visou a preparação dos quadros para elaboração de dois relatórios das convenções dos direitos civis, políticos e do Pacto Internacional dos direitos económicos sociais e culturais, num só documento, de acordo com a nova metodologia das Nações Unidas. Os documentos começarão a ser elaborados em Junho próximo e o trabalho vai durar 18

meses. Durante três dias, os formandos abordaram a “Estrutura dos Tratados de Direitos Humanos”, “O Relatório dos Tratados e a Especificidade do Tratado Geral”, “O Sistema das Nações Unidas, Cooperação com o Governo angolano”.

Foram ainda ministrados métodos para a Recolha de Informação, Organização de Relatórios (que informação?) e Preparação da Defesa de Relatórios.

As sessões foram ministradas pelo técnico do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, João Natife, e incluíram palestras sobre a Implementação e Obrigações do Relatório (porque relatar?), Estrutura Institucional para suportar o Relatório (que métodos?), Ratificação dos Tratados sobre Direitos Humanos e integração da Sociedade Civil.

6.5 Resolução de problemas passa pela tolerância e paciência, defende pastor

Angolapress...28-05-05

O pastor da Igreja Metodista Unida, Moisés Fernandes, disse hoje, em Luanda, que todo cidadão deve cultivar em sua vida o espírito de tolerância e paciência para alcançar os seus objectivos profissional e não só.

Moisés Fernandes teceu tais considerações durante a celebração do culto litúrgico, realizado na Igreja Metodista Central. Segundo ele, o espírito de tolerância e paciência torna um indivíduo mais forte para enfrentar as diversas dificuldades que encontra na sua actividade diária, resolver os problemas sem ter que passar por stress, “esperar e ter paciência é o melhor remédio”, frisou.

“A paciência deve estar sempre presente na vida da pessoa, porque há momentos em que nos sentimos sufocados com os nossos problemas e metidos numa situação em que pensamos que não saberemos enfrentar”, sublinhou. Realçou ainda que a paz alcançada no país faz igualmente parte da paciência que a população teve. Por sua vez, o reverendo Ambrósio Guimarães, fez saber que decorrerá de 02 a 05 de Junho na província do Bengo, a conferência Distrital das mulheres na qual serão abordados diversos temas relacionados com o género. A Igreja Metodista Unida em Angola foi fundada a 18 de Março de 1885 por missionários americanos.

6.6 ONG canadiana apresenta obra investigativa sobre o país

Angolapress...28-05-05

“O rosto pacífico de Angola: Biografia de um Processo de Paz (1991-2002)” é o título da obra investigativa de Michael Comerford, consultor do programa de Construção de Paz da ONG canadiana Development Workshop (DW), a ser apresentada a 30 do corrente mês, no Instituto de Ciências Religiosas de Angola (ICRA), em Luanda.

Segundo uma nota de imprensa chegada hoje à Angop, o livro retrata as perspectivas da sociedade civil angolana sobre questões de guerra e paz, deste a assinatura dos acordos de Bicesse (1991) até ao memorando do Luena (Moxico), em 2002. Os argumentos e advocacia das igrejas, da sociedade civil, dos media, das organizações de base e das autoridades tradicionais, durante os anos de conflito, são outros assuntos do livro, editado na Namíbia com uma tiragem de três mil exemplares.

Michael Comerford, natural de Kilkenny (Irlanda), estudou na universidade de Leeds, na Inglaterra onde concluiu o doutoramento em ciências políticas e estudos internacionais. Trabalha em Angola desde 1993 e já exerceu a função de missionário na província da Lunda-Norte.

7 ENFEMERIDES

7.1 Dia de África

Jornal de Angola...25-05-05

A África comemora hoje o seu dia num ambiente de alegria, tristeza e esperança de vencer os desafios do futuro. Foi a 25 de Maio de 1963, em Addis Abeba, capital da Etiópia, que a Organização de Unidade Africana (OUA) entrou em funcionamento com objectivos bem definidos que mais tarde foram materializados.

A União Africana (UA), que rendeu a primeira organização continental, tem pela frente inadiáveis para cumprir. Numa evolução Afro-globalizada, a história, ainda curta, da União Africana (UA), aliada a uma série de vicissitudes de toda ordem e de limitações próprias a uma organização que dá os primeiros passos num cenário mundial. Recentemente, os ministros africanos da Economia e Finanças avaliaram a dívida externa contraída aos países industrializados e às instituições financeiras internacionais. Os governantes questionaram o montante exacto da dívida e os moldes de pagamento. Numa primeira leitura, os governantes do continente constataram que muitos países africanos ricos em recursos naturais foram vítimas de pilhagens por parte dos países colonizadores e os mais

industrializados. Para completar este quadro sombrio, os antigos líderes africanos, por sua vez, participaram de uma forma ou de outra na pilhagem económica e chegaram ao ponto de figurarem na lista dos mais ricos do mundo. Dois tristes exemplos elucidativos testemunham que a fortuna do ex-ditador do antigo Zaire, Mobutu Sese Seko, era avaliada em mais de oito mil milhões de dólares, ultrapassando o montante da dívida externa do seu país, que era de cinco mil milhões de dólares. A seguir, outro ditador que governou a Nigéria, Sani Abacha, tinha deixado num dos bancos suíços, a exorbitante soma de cinco mil milhões de dólares.

Face a este quadro, os governantes solicitaram a presença de alguns representantes seus nas próximas cimeiras do Grupo 8 para pedir o perdão da dívida. Essa posição serve para definir um novo quadro de parceira e arranque das negociações relativas à situação da dívida externa. No passado, duas medidas surgiram, no panorama político africano, que deram entender que o continente entendeu o rumo que a globalização esta a dar à economia mundial. A título restrito, a elaboração pelo Presidente senegalês, Abdoulaye Wade, do “Plano Omega”.

Consta deste plano uma estratégia africana para a globalização, que visa «proceder a avaliação das necessidades do continente, de forma a esbater as disparidades fundamentais em relação aos países desenvolvidos que constituem os entraves maiores e encontrar, para isso, os melhores financiamentos”, através da definição de quatro áreas fundamentais de actuação – infra-estruturas, educação, saúde e agricultura, a partir de planos sub-regionais. A segunda iniciativa foi a de transformar a obsoleta OUA, organismo de essência política que perdia continuamente influência na vida do continente, em União Africana (UA), de cariz mais económico que político. Trata-se de uma forma inteligente do continente responder aos desafios da globalização económica, criando numa primeira fase zonas de livre comércio e organismos de congregação regional, tais como a SADC, COMESA, a CEDEAO e a UMA.

A crescente democratização dos regimes políticos e o impacto das novas tecnologias de informação na denúncia de abusos de direitos humanos e casos de má governação e a consequente penalização pela comunidade internacional, pode resultar numa exploração racional dos recursos naturais do continente permitindo, assim, uma distribuição mais equitativa seja conseguida.

Desafios políticos e avanços económicos

A União Africana, a nova organização continental,

tornou-se o símbolo da nova realidade continental. Depois de alguns avanços e recuos de certos Chefes de Estados africanos hesitantes em abraçar o projecto do líder líbio, Muammar el Kadhafi, em 2001, a UA foi proclamada.

A ideia remota emerge do tempo do líder do Ghana, Kwame Nkrumah, que sonhava com a União Africana como os crentes acreditam em Deus.

Herdeira legítima da OUA que cumpriu o seu objectivo principal, a libertação política dos países africanos, União Africana (UA) foi fundada oficialmente em Julho de 2001, em Lusaka, capital da Zâmbia, à margem da quinta Cimeira extraordinária de Chefes de Estado e governo de África. Objectivamente, os planos complementares da UA são mais abrangentes que os da antiga OUA que, para muitos, terá cumprido a sua missão, tornando-se a estrutura mais consentânea com a actualidade e capaz de contribuir para a solução dos actuais problemas do continente. Fundada pela maioria dos 52 Estados membros da antiga OUA, entre os quais alguns pesos pesados continentais, como a África do Sul, Egipto, Nigéria e a Líbia, o parto da nova organização iniciou no Togo, Lomé, em 2000, com a adopção pelos líderes africanos da Acta Constitutiva da UA, que era até então conhecida como Declaração de Sirte, de 9 de Setembro de 1999. A 26 de Maio de 2001, 36 Estados membros africanos haviam já ratificado o Tratado Constitutivo da UA, permitindo, assim, obter-se os dois terços necessários para a entrada em vigor do tratado. Da necessidade de articular as actividades políticas da OUA com questões do desenvolvimento económico, surge a questão do estabelecimento de uma Comunidade Económica Africana. Assim, a antiga OUA adoptou o tratado de Abuja em 1991, que se transformou num instrumento base para a criação gradual de uma organização continental económica, integrando as organizações sub-regionais já existentes.

A integração regional sempre orientou os espíritos dos líderes africanos, como atestam aspirações nacionalistas dos séculos passados. O plano de Lagos aprovado em Abuja, Nigéria, em 1980, surge assim como um passo decisivo na integração económica africana. Os esforços desenvolvidos pela OUA para realizar tal integração foram comprometidos por vários factores, nomeadamente a ausência de resultados em matéria de transformação económica e de desenvolvimento, falta de vontade política em respeitar as obrigações decorrentes dos tratados e órgãos especializados como, o Conselho Económico, social e cultural, tribunal de justiça além de instituições financeiras como o Banco Africano de Desenvolvimento, Fundo Monetário Africano e o Banco Africano de Investimento. Segundo a Acta Constitutiva da UA, a Assembleia geral constitui

o órgão supremo da organização, integrando os Chefes de Estado e de governo.

O Comité de representantes permanentes que trabalha em sintonia com a Comissão Política, envolvendo-se no processo de indicação e nomeação de comissários. A Comissão Política, que funciona na sede da UA, é dirigida por um Presidente. A criação da UA representa a tentativa mais séria de integração económica e política do continente. A fundação da UA pelos líderes africanos representa a tentativa mais séria de integração política e económica de todo o continente. A Declaração da nova organização defende, entre outros, uma maior unidade dos povos africanos, a eliminação das fontes de conflitos em África, a valorização dos recursos humanos e naturais do continente, bem como a necessidade de se acelerar o processo de implementação do tratado da comunidade económica africana.

Para que essa integração se efective, o tratado que institui a UA criou uma série de organismos. Para diminuir os conflitos armados e outros incidentes de diversa natureza, a criação no dia 25 de Maio do ano passado, do Conselho para a Paz e Segurança da União, representa mais um motivo de satisfação para os africanos e não só. Também o facto de ter sido criado no dia de África, reveste-se de grande entusiasmo, uma vez que este órgão é responsável pela prevenção, gestão e resolução de conflitos no continente. A estabilidade política é uma condição sem a qual não é possível promover o crescimento económico. Por isso, este órgão representa um mecanismo de confiança e de grande importância para a promoção da paz, segurança e da estabilidade nos países africanos. As crises na República Democrática do Congo, Côte d'Ivoire, Sudão, Uganda, Rwanda e Burundi, constituem grande preocupação da UA. Na crise político-constitucional da Guiné-Bissau, foi indicado o antigo Presidente de Moçambique como mediano. Enquanto que nas crises que assolam a Côte d'Ivoire e a RDC, o líder sul-africano Thabo Mbeki que surge como facilitador. Para manter a paz no Burundi, o antigo Chefe de Estado sul-africano, Nelson Mandela, tenta aproximar as partes beligerantes.

Num mundo cada vez mais globalizado ao continente africano, se a UA quiser sobreviver como tal, não lhe resta outra alternativa, senão unir-se em bloco contra os males que afectam o continente.

Soluções mecânicas para problemas sociais

As doenças infecciosas como a Sida, a Tuberculose, o Paludismo, Ébola e agora o Marburg, continuam a ser, tal como no passado, as causas de cerca de metade das

mortes nos países africanos, segundo estatísticas da Organização Mundial da Saúde (OMS). Os Governos e organismos internacionais continuam a envidar esforços no sentido de inverter o quadro. A educação e outras questões sociais como o emprego figuram, igualmente, entre as preocupações dos governantes africanos. Os planos defendidos pelos dirigentes do continente na solução de muitos problemas apontam para a implementação de um modelo estratégico de desenvolvimento, no quadro de uma visão partilhada do

futuro do continente e dos desafios que o contexto internacional impõe. Apesar dos avanços registados e das conquistas alcançadas no seu percurso, a organização continental carece ainda de sustentabilidade e de garantia da sua perenidade, sendo o óbice principal o desequilíbrio estrutural entre a boa governação e a democracia multipartidária.

Os líderes africanos devem se preocupar mais em promover a boa governação, como factor de desenvolvimento, reformando os Estados, intensificando a democracia e reforçando a cidadania. Devem igualmente promover a capacidade empreendedora, a competitividade e o crescimento económico, alargar a base produtiva de cada Estado. Desenvolver o capital humano e orientar o sistema de ensino para áreas prioritárias de desenvolvimento. A consolidação da democracia em vários países e a valorização das instituições democráticas, associadas ao despertar de uma forte consciência africana, são a chave do sucesso potencial destas acções.